

Normas de catalogação: brevíssima história e comparação

Para que as trocas de informação sejam possíveis, para que a procura de um determinado documento seja rápida e fácil é necessário que todas as bibliotecas sigam as mesmas normas de catalogação.

O problema da normalização no campo da catalogação tem preocupado desde sempre os bibliotecários. As primeiras normas de catalogação — num total de 99 regras — foram elaboradas por Panizzi e Edwards entre 1839 e 1841. Em 1885, foram publicadas as «*Münchener Instruktionen*» («Regras de Munique») que se perderam mas que serviram de base às «*Preussische Instruktionen*» — P. I. — («Regras Prussianas») que surgiram em 1899 e que, como tudo o que vinha da Prússia, eram bastante rígidas. Este sistema é muito idêntico ao sistema da American Library Association, as «*Anglo-American Cataloguing Rules*» — AACR — publicadas em 1949 e revistas em 1967.

Em 1908, teve lugar a primeira «Conferência Internacional de Bibliografia»; outros encontros se seguiram. No entanto, foi em 1961, em Paris, durante a «International Conference of Cataloguing Rules», na qual participaram representantes de 53 países e de 12 organizações internacionais, que foram aprovadas 12 recomendações visando uma unificação («Shared Cataloging Program»). As «*Preussische Instruktionen*» foram, então, abolidas, apesar de ainda hoje continuarem a ser utilizadas nalgumas bibliotecas alemãs. No novo encontro de bibliotecários, o «International Meeting of Cataloguing Experts», em 1969 em Copenhaga, foi aprovado o documento mais importante para uma catalogação unificada: a «*International Standard Bibliographic Description*» — ISBD.

Partindo da ISBD, bibliotecários de língua alemã preparavam entre 1969 e 1973 as «*Regel für die alphabetische Katalogisierung*» — RAK — («Regras para a Catalogação Alfabética») que são utilizadas na Biblioteca Nacional Alemã. Em 1976, surgiu um guia para a catalogação alfabética, o «*Leitfaden für die alphabetische Katalogisierung*». Em 1978, o Instituto Alemão de Normalização publicou um projecto de norma referente a descrições bibliográficas de documentos cuja versão final surgiu em Maio de 1984: «*DIN 1505 — Titelangaben von Dokumenten. Titelaufnahme von Schriftum und Zitierregel*». Tal como vem no prefácio, estas regras são compatíveis com as regras do RAK e com as normas internacionais.

M. MARGARIDA PEREIRA-MÜLLER

QUADRO

COMPARAÇÃO DAS NORMAS DE CATALOGAÇÃO

Normas	Ano publicação	País de utilização	Parágrafos Páginas	Exemplos	Quadros de transliteração	UTILIZAVEL PARA CATALOGAR				Tipo de fichas
						Monograf.	Séries	Mat. audiovisual	Lit. cinzenta	
P. I.	1899/1908	R. F. Alemanha Áustria Países Baixos Escandinávia	§§ 241 179 p.	sim	sim	sim	sim	não	não	ficha principal ficha remissiva
AACR	(1908) 1949/1967	E. U. A. Canadá Grã-Bretanha + antigas colónias Escandinávia	§§ 272 400 p.	sim	não	sim	sim	sim	não	<i>main entry</i> <i>added entry</i> <i>cross reference</i> <i>see-also-reference</i>
RAK	1969/1973	R. F. Alemanha Áustria Suíça	§§ 468 ca. 600 p. (1977: 418 p.)	sim	sim	sim	sim	sim	sim	ficha principal ficha secundária ficha remissiva • pessoas • v. ... registo de nomes quadros de títulos
DIN 1505	(1961) 1978	R. F. Alemanha Áustria	28 p. + anexos	sim	não	sim	sim	não	sim	v. RAK
Leiffaden	1976	R. F. Alemanha	493 p.	sim	não	sim	sim	sim	sim	ficha principal ficha remissiva